

Sindicatos vão à Justiça

FLÁVIA BARBOSA

Os representantes do funcionalismo público estão preparando um exame jurídico minucioso das medidas anunciadas ontem pelo governo federal e que envolvem os servidores. Um ponto do arrocho à categoria receberá atenção especial na reclamação à Justiça: a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos.

“À primeira vista, entendo que essa cobrança previdenciária fere um direito constitucional”, argumenta o professor Jaime Mendonça, vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef) prefere não apontar ainda brechas no pacote, mas já mobilizou seu departamento jurídico para estudar cada um dos pontos apresentados ontem pela equipe econômica.

“Queremos saber o que há de ilegalidade nas medidas para podermos começar a agir”, avisa Roberto Areias, diretor do Sintrasef.

Pela argumentação da Andes, os aposentados do serviço público têm direito adquirido sobre o recebimento da aposentadoria sem pagamento, na inatividade, de contribuição previdenciária. “Eles têm o direito de não descontar qualquer alíquota previdenciária”, entende o vice-presidente da Andes, com base na Constituição. O professor Jaime não descarta também a possibilidade de batalhas judiciais envolvendo outros pontos do pacote. “O governo, a princípio, não mostrou quais instrumentos legais vai utilizar para implementar as medidas”, afirma.

Amargo – O Sintrasef estava examinando ontem qual o impacto da nova alíquota de contribuição previdenciária nos salários – praticamente inalterados desde 1995. “Estamos fazendo os cálculos, mas não há dúvida de que foi uma medida amarga”, analisa Roberto Areias.

A direção da Andes enxerga no pacote uma redução brutal nos rendimentos – “será a primeira redução na República”, – e o primeiro passo para corte de pessoal – já que o governo também enviou ao Congresso a regulamentação da reforma administrativa, que prevê fim da estabilidade. “É um momento de grande tensão para o funcionalismo. As perdas nos salários devem ser, em média, de 10%”, avisa Jaime Mendonça.

As entidades criticam o que chamam de sucateamento do serviço público. “Estamos minimizando o Estado, piorando os serviços e matando os funcionários. O servidor não é responsável pelo déficit na Previdência. Todo mundo sabe que a União empregava dinheiro da Previdência, inconstitucionalmente, em investimentos”, ataca Jaime Mendonça.

Os sindicatos estão se articulando. A Andes e o Sintrasef marcaram reuniões de emergência no fim de semana e começam a se movimentar semana que vem. A Andes encontra-se com a União Nacional dos Estudantes e a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino para tomar medidas conjuntas e promove de 5 a 9 de novembro assembleias em todas as universidades do país para tirar uma posição a respeito do pacote.